

36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT16 - Grupos dirigentes e estruturas de poder

**A ELITE EMPRESARIAL - TEORIA E MÉTODO NA ANÁLISE DA
RELAÇÃO ENTRE EMPRESARIADO E DEMOCRACIA**

Paulo Roberto Neves Costa¹

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR

Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

*“Os clássicos, (...), são fundadores que ainda
falam para nós com uma voz que é considerada
relevante. Eles não são apenas relíquias
antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com
proveito, como fonte de reflexão sobre
problemas e questões contemporâneas”.*
Anthony Giddens, 1998.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende tratar da relação entre o *empresariado* e as instituições políticas democráticas enquanto forma de colaborar para o estudo sociológico deste grupo. Em função dos objetivos deste trabalho e da diversidade de expressões e conceitos utilizados pela literatura, de um modo geral, usaremos a expressão *empresariado* simplesmente para nos referirmos ao conjunto diversificado dos proprietários e controladores de empresas, sem, portanto, nenhuma conotação teórica ou metodológica mais profunda.

Esta problemática será tratada exatamente em torno do conceito que aqui estamos propondo, ou seja, o de *elite empresarial*. Para tanto, faremos algumas reflexões teóricas a partir das duas questões que entendemos como fundamentais para o estudo deste grupo social: o empresariado enquanto *classe social*, por ser composta pelos proprietários e controladores dos meios de produção; e, correlatamente a isso, o empresariado enquanto

¹ Este trabalho faz parte das atividades relativas à Bolsa de Produtividade do CNPq, ao qual expressamos nossos agradecimentos e estão vinculadas ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR.

parcela da *elite política*, em função de que uma parte menor desta classe concentra a capacidade de ação política relevante no processo decisório e assume os desafios relativos ao exercício da *ação* pela tentativa de realização dos *interesses* da classe a qual estão vinculados.

Tais questões, se não dão conta de todas as dimensões da existência social deste grupo, remetem a problemas sociológicos fundamentais: de um lado, a sua dimensão coletiva, a qual remete tanto à problemática das classes sociais quanto dos dilemas da ação coletiva (Olson), e de outro, os valores políticos, a ação e a representação política. A estas duas articula-se uma terceira questão, a da democracia. Entendemos que a institucionalidade democrática é aquela que de forma mais intensa e complexa coloca os aspectos relativos aos valores políticos, à ação coletiva e à ação política do empresariado exatamente em função das suas particularidades, como, por exemplo, dizer respeito aos conflitos de interesse em suas diversas dimensões e também aos valores e às instituições relacionadas aos processos decisórios. Enfim, é na democracia que a complexidade da existência social da classe e do processo de formação de sua elite se coloca com mais intensidade.

Como resultado desta articulação, propomos o uso do conceito de *elite empresarial*, que acima de tudo implica em uma metodologia de pesquisa e obviamente remete a uma base teórica. Nosso objetivo não é apenas evitar a profusão, a flutuação e a imprecisão dos diversos conceitos e expressões utilizados para tratar dos processos históricos relacionados ao *empresariado* (“burguesia”, “classe dominante”, “elite econômica”, “empresários”, “líderes empresariais” e, inclusive, “empresariado” e “elite empresarial”) e os prejuízos na análise que disso podem decorrer, mas principalmente contribuir para a retomada do debate teórico sobre este tema e também para a construção de uma metodologia sociologicamente eficaz. Mais particularmente, nosso intuito é também trazer contribuições para a análise sociológica do empresariado e da democracia, em particular no Brasil pós-1988, mas tendo também em vista análises comparadas com outras sociedades e períodos históricos.

O problema fundamental subjacente, a partir do qual estas questões serão tratadas, diz respeito às ações dos membros deste grupo social, em especial as políticas, e as implicações desta ação sobre as instituições políticas, tomando por referência o contexto da democracia, enfim, o regime político democrático. Não se trata de descartar ou menosprezar a análise da relação entre empresariado e economia — seja como questão de

gerenciamento, política econômica ou modelo de desenvolvimento —, que, inclusive, é a predominante na literatura. Ao contrário, entendemos que o conceito de *elite empresarial* não apenas passa por tal relação como também é útil para analisá-la. E convém ressaltar desde já que não partimos da idéia de uma relação de determinação entre, de um lado, as ações, os valores e o comportamento do empresariado e, de outro, as características institucionais da democracia, mas sim de um procedimento analítico que permita trazer contribuições tanto para o estudo daquele grupo quanto para a análise deste regime político.

Em suma, entendemos que a chave analítica aqui escolhida pode trazer contribuições para a compreensão de diversos aspectos, tais como a constituição deste grupo enquanto classe social e/ou ator coletivo, a sua relação com o funcionamento da economia e também das instituições políticas, democráticas, no caso. Embora não seja nossa preocupação neste momento, entendemos que até mesmo a análise das próprias instituições democráticas obtém ganhos importantes ao aprimorar o estudo do comportamento dos proprietários e controladores dos meios de produção frente a elas, dado que tanto a sua ação coletiva quanto a falta desta são relevantes para o seu funcionamento e a sua dinâmica histórica. Enfim, que uma Sociologia Política da democracia pode trazer muitos ganhos analíticos (COSTA, 1998 e 2005a). Por fim, os aspectos gerais da categoria analítica aqui proposta serão ao longo do texto comparados com resultados de pesquisas que estamos realizando já há alguns anos a respeito do empresariado e da elite empresarial, em âmbito nacional e estadual, com o intuito de defender e avaliar seus aspectos e o seu rendimento analítico².

Este texto se divide nas seguintes partes: I- a problemática teórica, ou seja, uma busca, na literatura moderna e contemporânea sobre o assunto, de contribuições úteis para a construção das nossas proposições; II- um breve comentário de pesquisas sobre elite empresarial no Brasil e sobre a questão teórica da relação entre os conceitos de elite e classe e sobre, momento no qual propomos uma estratégia teórica e metodológica, expressa no conceito de *elite empresarial*, para o estudo das características e da ação política do empresariado no Brasil, e seus possíveis desdobramentos em estudos

² Para maiores detalhes, ver COSTA, 1998, 2005a, 2005b, 2007 e 2012; COSTA e ENGLER, 2008; COSTA e FRANÇA 2012 e COSTA, ROKS E OLIVEIRA, 2012.

comparados, tendo como contexto a democracia. Por último, faremos nossas considerações finais.

I – Empresariado e política: burguesia, elite econômica, elite empresarial e classe social

Uma passagem, ainda que breve, pelos autores clássicos da Sociologia Política traz importantes contribuições para os nossos objetivos. Como se constitui enquanto *classe* e enquanto *agente político* o grupo composto pelos proprietários e/ou controladores dos meios de produção, segundo Marx, e que também são responsáveis pela busca da satisfação de necessidades sociais através de atividades lucrativas privadas, segundo Weber? O que isso implica na sua relação com o arranjo das instituições políticas? Ainda que bem circunscrita, nossa análise do empresariado no contexto dos regimes democráticos gira em torno principalmente das seguintes questões teóricas: 1- o processo de *constituição e organização política* do empresariado, enquanto uma *classe* que possui uma posição econômica e social específica na sociedade capitalista; 2- a relação entre este coletivo, a política e o Estado, e suas articulações com o regime político, mais especificamente quando está em funcionamento uma *democracia*. Entendemos que é os autores clássicos acima mencionados apresentam proposições gerais de grande importância para os nossos objetivos.

I.1 – Empresariado e política em Marx

Marx e Engels analisam a emergência política da burguesia, desde o contexto da fase final do feudalismo — quando esta “classe revolucionária” tinha o dinheiro, as armas e a redescoberta do Direito Romano como meios de ascensão política (ENGELS, 1978) —, até os momentos de acirramento das suas contradições internas (MARX, 1988)³. Observamos, portanto, que em obras com estatutos teóricos e analíticos diferentes, Marx e Engels procuram compreender a “gênese”, a “evolução”, o “progresso político” e a consolidação enquanto “classe dominante” dos “burgueses modernos”. Assim, ainda que não tenham produzido um enunciado conceitual sistematizado em relação às classes sociais, Marx e Engels analisaram o desenvolvimento econômico, social, político e ideológico daquela que seria a classe que revolucionou a ordem

³ Uma discussão muito interessante sobre este assunto e também para as idéias que são aqui apresentadas pode ser encontrada em Perissinotto, 2009.

remanescente do feudalismo, se tornou *dominante* e foi o demiurgo da moderna sociedade capitalista, “burguesa”. Mas, assim como na obra de Weber, são das análises sobre conjunturas históricas que podemos retirar as contribuições mais importantes para a questão que aqui estamos tratando.

Para Marx e Engels, a análise da burguesia enquanto classe dominante faz parte de um processo amplo de apreensão das características gerais e fundamentais da sociedade capitalista. Mas, enquanto que para Weber a *situação* de classe é dada pelo mercado e pela circulação, para aqueles autores o fundamento das classes é a situação nas relações de produção (THERBORN, 1978: 141). Quando pensamos na questão da ação política, as diferenças em relação à posição no âmbito das relações de produção podem ser pouco relevantes num contexto de ameaça das bases da formação social capitalista, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção, situação em que tais diferenças são deixadas em segundo plano. Mas, elas são muito importantes quando do funcionamento pacífico da sociedade capitalista, em particular no funcionamento de um regime democrático.

Em primeiro lugar, isso nos permite considerar a complexidade no interior do grupo dos controladores e proprietários de pequenas e grandes empresas dos diversos segmentos das atividades econômicas, ou seja, a divisão social do trabalho. Diante da ausência de ameaças de alteração profunda das relações econômicas, as frações deste grupo se vêem em luta, mais ou menos aberta, pela contemplação de seus interesses específicos no âmbito do mercado e pela definição das políticas de Estado. E até mesmo uma crise política profunda poderia colocar as diversas frações das *classes dominantes* em pólos opostos, como mostrou Marx em *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*. Disso conclui-se que, em termos da análise da ação política, dar relevância à propriedade dos meios de produção não nos permite desconsiderar a diversidade e os conflitos que existem nas relações de mercado, questão que embora não estivesse ausente, possui menor importância nas reflexões de Weber. Em suma, a propriedade e o controle dos meios de produção é uma variável necessária, mas não suficiente.

Em segundo lugar, entendemos que uma das principais proposições de Marx, relacionadas à questão aqui tratada, presentes em *A luta de classes na França* e *O 18 de Brumário* é exatamente a importância da complexa relação entre as classes dominantes e as configurações do regime político. Neste texto, Marx chama a atenção para as dificuldades que os membros das frações burguesas tinham em enfrentar as questões da

política, desde deixar de cuidar de suas atividades para se envolver com a política, até o enfretamento dos conflitos com as demais frações de classe e com as classes dominadas, tudo isso no interior do complexo jogo político, e como isso era importante para pensar não apenas as particularidades da ascensão de Luiz Bonaparte à Imperador da França, como também as formas institucionais do Estado. Além disso, Marx chama a atenção para a necessidade da fração hegemônica das classes dominantes de manter algum tipo de controle sobre o Executivo, ainda que fosse através do Parlamento. Isso indica que, mesmo que não se pretenda fazer uma análise das particularidades daquilo que Poulantzas chama de cena política e bloco no poder, a análise da forma como se dá esta relação entre as frações das classes dominantes e as instituições do Estado, em especial o poder Executivo, é sociologicamente muito importante. Outra proposição importante de Marx é a necessidade de ter bem clara a concatenação dos fatos históricos subjacentes ao comportamento e aos conflitos no interior das classes sociais e de seus representantes, em especial das frações classes dominantes.

Por fim, esta análise de Marx toma por referência o comportamento de alguns personagens nominados ou o comportamento dos representantes das frações no jogo político, em especial na luta partidária e parlamentar. Ainda que considerando as características gerais da economia como o pano de fundo do processo histórico, é através da análise do comportamento e das idéias destes grupos reduzidos, dos *representantes das classes* que compunham, a nosso ver, a elite política, que Marx constrói os seus argumentos e sua rica análise da dinâmica da luta de classes, aplicando, como diz Engels, à análise de um momento histórico específico, aquela chave explicativa que já havia sido anunciada no *Manifesto do Partido Comunista*. Enfim, suas obras históricas, Marx enfatiza a relevância dos conflitos no interior das classes dominantes sobre o processo político, a forma de Estado e a forma de Governo⁴, e ressalta as características da relação entre as classes dominantes e as instituições estatais⁵.

⁴ Em *As lutas de classe na França*, Marx apresenta os seguintes argumentos: a importância dos interesses econômicos subjacentes aos processos políticos e da dinâmica das classes sociais no funcionamento da política de Estado; o poder político da classe hegemônica (“aristocracia financeira”) passa pela sua presença e sua atuação em todas as instâncias fundamentais do aparelho de Estado (Executivo, Ministérios e Legislativo); a institucionalização do poder político, ou as formas do Estado (monarquia e república) e de seus aparelhos está sujeita às injunções das lutas de classes, inclusive das pressões das classes dominadas, mas em especial, à dificuldade em harmonizar os interesses das próprias classes dominantes. Além disso, Marx apresenta a noção de “frações das classes dominantes”, ora referindo-se aos setores da burguesia — “aristocracia financeira”, “burguesia industrial”, a grande “propriedade territorial” —, ora à parcela

Das proposições de Marx e Engels podemos destacar o seguinte: 1- importância das relações de produção, dado que elas remetem à questão da propriedade e do controle sobre os meios de produção, o que é mais importante para caracterizar o empresariado do que apenas a referência às diferenças impostas ou encontradas no âmbito do mercado, como sugere Weber. Isso remete à questão das grandes concentrações de capital e à importância diferenciada daqueles que exercem o controle, proprietários ou não, dos meios de produção, ou seja, da *elite econômica*, entendida como os principais dirigentes das grandes empresas; 2- embora voltada mais propriamente para a questão da “classe dominante” e da “dominação de classe”, a análise da ação política da burguesia presente nas obras de Marx e Engels sugere que: 2.1- quando Marx se refere à constituição do modo de produção capitalista e da burguesia enquanto classe, leva em conta dimensões mais amplas, relativas às características gerais das relações de produção e da formação social. Portanto, neste momento, a classe assume mais a dimensão de um ‘conceito’, como propunha Poulantzas, portanto, algo mais abstrato, construído a partir daquelas características gerais. Mas, quando Marx analisa o comportamento político da burguesia e suas “facções” (*Lutas de classe na França e 18 de Brumário*) ele se refere aos indivíduos mais ativos politicamente, no caso, aqueles que possuíam papel de destaque nos partidos e no jogo político. Enfim, não se tratava da análise da ação da *classe como um todo*, mas sim da *elite política* desta classe, localizada a partir do critério da ação política, e não apenas e tão somente da propriedade dos meios de produção e da posição nas relações de produção.

I.2 – Empresariado ação política em Weber

Encontramos em Weber diversas sugestões sobre a relação entre Estado burocrático, capitalismo e “burguesia”, juntamente com indicações sobre a importância

republicana da burguesia frente àquelas monarquistas (MARX, s/d). Em *O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte* Marx ressalta que o regime parlamentar era “... a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade” (MARX, 1988: 58).

⁵ Esta questão está presente em trabalhos importantes como os de Poulantzas (1971), Miliband (1972) e Therborn (1978). Codato e Perissinotto chamam a atenção para o fato de que a importância e o caráter conflituoso da relação entre classes e frações dominantes e os aspectos institucionais do Estado já era reconhecido por Marx em suas obras históricas, mas não avançam, neste texto, na questão que aqui nos preocupa, qual seja, o processo de *representação* destas classes e a implicação disto sobre a constituição e o funcionamento das instituições políticas do Estado. A crítica feita aos neo-institucionalistas, além de pertinente, mostra como fica difícil pensar as instituições do Estado deixando de lado a questão dos interesses e da ação política dos grupos sócio-econômicos (Codato e Perissinotto, 2009).

fundamental do “empresário capitalista” no surgimento, consolidação e reprodução do capitalismo moderno. Tanto as noções de *burguesia*, quanto a de *empresário capitalista*, são fundamentais para a análise weberiana do Estado Moderno e do capitalismo⁶. Mas, tais noções não foram sistematizadas e não tiveram o mesmo tratamento que outros conceitos fundamentais da Sociologia weberiana. Para Weber, a “burguesia” seria composta por empresários e alguns intelectuais e tornar-se-ia a classe dominante quando possuísse, além do poder econômico, a capacidade de dirigir o Estado e sua máquina burocrática. Entretanto, o uso da expressão “burguesia” se dá na tentativa de compreender o processo de constituição do Estado Moderno, e surge também nas reflexões do autor sobre questões políticas concretas, em certos momentos marcados pela lamentação do fato desta classe, a qual ele entendia pertencer, não ter sido capaz de assumir a tarefa, *por excelência política*, de direção da nação alemã⁷. Já o conceito de empresário capitalista é tratado principalmente em função da questão da busca da satisfação de necessidades sociais através de atividades lucrativas no âmbito da sociedade capitalista (WEBER, 1991b, Vol. I e II).

Quando consideramos a importância que a interpretação weberiana da sociedade e do Estado no capitalismo, e até mesmo acerca da própria história alemã, atribui à *burguesia* e ao *empresário capitalista*, sentimos a ausência de um instrumental *conceitual e metodológico* que permita analisar a sua ação social — em especial a política —, e também as conseqüências desta ação sobre as formas do regime político, já que isso diz respeito ao exercício da dominação e da direção do Estado e à relação com a burocracia, questões fundamentais da Sociologia Política weberiana e da política na Alemanha de Weber.

Além disso, Weber não trabalha em profundidade com as noções de *burguesia* e *empresário capitalista* ao analisar processos históricos sociais e políticos, como em *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída* e *A ética protestante e o*

⁶ Aqui nos referimos à articulação que Weber (1985a) vê entre o Estado nacional, do capitalismo e da burguesia, ao colocar que a luta entre os Estados Nacionais na Idade Moderna (séc. XVII e XVIII) criou condições favoráveis ao capitalismo no Ocidente moderno, ao apoiar a burguesia nacional, “burguesia no sentido moderno da palavra”.

⁷ Estamos aqui nos referindo à conhecida frase de Weber no texto *O Estado nacional e a política Econômica*, qualificando-se como um “... membro da classe burguesa” (WEBER, 1991b). Voltaremos a esta declaração mais adiante. Nesta passagem fica patente também a importância que Weber atribui ao impacto da *ausência* da burguesia no processo político e às conseqüências sobre sua própria condição de possível *classe dirigente*. Weber também sugere esta idéia em *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*, ao falar do impacto do legado de Bismarck sobre a relação entre a sociedade alemã e a política (WEBER, 1985b).

espírito do capitalismo. Na primeira obra, Weber não discute a ação e a posição dos empresários capitalistas na conjuntura analisada⁸, enquanto que na segunda, o comportamento capitalista é analisado a partir das influências de uma ética religiosa e não a partir da existência de *interesses econômicos comuns* ao grupo que viessem a conduzir a uma ação mais propriamente *política* — no próprio sentido weberiano do termo: a direção do Estado e a influência que se exerce em tal sentido —, ou seja, o *sentido* da ação é problematizado mais em função de seu fundamento ético do que político. Por sua vez, na análise de processos políticos que envolviam interesses dos empresários, Weber limita-se a apontar para a importância da posse de bens de produção e para a capacidade de exercer restrições e proibições legais às ameaças aos seus interesses⁹. E se, novamente, considerarmos o conceito weberiano de *política*, pensar a ação política do empresário capitalista exigiria levar em conta as ações e as formas institucionais que esta classe teria que utilizar para poder influenciar ou até ocupar a direção do Estado, o que Weber não desenvolve de forma mais sistemática.

Entendemos que tais problemas se devem principalmente ao conceito de classe de Weber. Ainda que não negue a possibilidade da apreensão empírica e da compreensão sociológica dos fenômenos relacionados às classes sociais, Weber parece demasiadamente receoso ou desinteressado em relação ao resultado da aplicação destas noções na apreensão *sociológica* dos processos históricos. Como observa Gurvitch (1982), embora Weber considere que a classe pode tornar-se “meio de uma ‘conduta de classe’”, ou seja, se a classe existe, poderia tornar-se um instrumento de ação política, ao não estabelecer as formas de sua análise sociológica torna a sua abordagem um tanto quanto frustrante para o cientista social¹⁰.

Mas, apesar destas particularidades, podemos observar que, em primeiro lugar, da caracterização que Weber faz do empresário capitalista poderíamos inferir que sua *ação*

⁸ Apesar de explicitar que se trata de um “ensaio”, e que, portanto, “não pretende autoridade científica”, Weber limita-se a mencionar a “influência capitalista nos partidos e no Parlamento”, sem maiores desenvolvimentos (WEBER, 1985b: 03 e 20).

⁹ Weber ressalta o poderio dos produtores de lã sobre os demais produtores e dos empresários sobre os trabalhadores na Inglaterra da primeira metade do séc. XVIII (WEBER, 1985a: 137 e 140).

¹⁰ Gurvitch entende que Weber elimina a possibilidade da unificação de pessoas em grupos reais e a sua integração em classes que representem um conjunto de situações: “Pluralizando excessivamente as situações de classe, não consegue em seguida unificá-las. Para Gurvitch, Weber “destrói o conceito de classe”, ao tentar apreender a multiplicidade de agrupamentos e condições no interior de uma classe social, tornando seu conceito “frustrante”: “Uma vez mais devemos constatar que a teoria de Weber torna o conceito de classe, a bem dizer, inútil” (GURVITCH, 1982: 123). Como vemos a seguir, nos parece que Gurvitch vai longe demais na sua crítica.

política possuiria as seguintes características, todas inter-relacionadas: 1- a existência de interesses, predominantemente econômicos, típicos e comuns à classe — a qual teria certa clareza desses seus interesses — em especial, a preservação da propriedade privada e do controle sobre os meios de produção, e a satisfação de necessidades sociais através da obtenção e da expansão dos lucros; 2- a defesa da manutenção de uma economia orientada pelas relações de mercado; 3- a racionalidade na condução das atividades empresariais tenderia a se estender para o âmbito de sua ação coletiva, ou seja, seria fundamental também considerar a existência de um “fim coletivo” bem definido; 4- uma das condições da *situação* de “classe aquisitiva” do empresário capitalista implicaria na possibilidade das suas associações políticas, inclusive seus partidos, influenciarem a política econômica, o que coloca a necessidade da ação política se constituir em uma *instituição*; 5- como observa Gurvitch (1982), para Weber a classe pode tornar-se “meio de uma ‘conduta de classe’”, ou seja, se a classe existe, pode tornar-se um instrumento de ação política; e por último, 7- na sua ação política, esta classe tende a se valer o máximo possível de seus direitos políticos frente à sociedade e ao Estado (WEBER, 1991b, Vol. I, p. 201).

Em segundo lugar, a lacuna no âmbito teórico é menos relevante nas análises de processos históricos, em especial da Alemanha de seu tempo. Analisando a relação entre economia e preservação da nação alemã, Weber coloca que o fato de que a dinâmica da ocupação do *comando do Estado* pode ser o elemento decisivo na definição da política econômica de Estado. Desta forma, aponta para o fato de que *o Estado pode agir sem a determinação dos interesses econômicos de classe*, ao menos em algumas situações. Enfim, a política econômica pode mudar simplesmente porque o Estado passou de uma mão forte para uma fraca. Mas, ao dizer que Bismarck — “um latifundiário com ‘consciência de classe’” — adotou uma dada política, no caso, a de exclusão dos trabalhadores itinerantes, em função da “manutenção da nossa nacionalidade”, enquanto seu sucessor admitiu tais trabalhadores, atendendo aos interesses dos latifundiários, Weber, embora preocupado com a questão dos “perenes interesses da nação”, aponta para os conflitos de interesses internos às classes econômica e politicamente poderosas, no caso, no interior dos grandes proprietários de terra, além do conflito entre os interesses destes e os da nação alemã (WEBER, 1991a).

Se Gurvitch estivesse certo, haveria dificuldades para o próprio Weber, quando procurava, ainda que sem pretensões científicas, mostrar e analisar o que deveria unificar

a burguesia alemã no exercício de suas responsabilidades de classe dirigente diante dos “interesses perenes” da nação alemã. Mas, não parece ser isso o que ocorre. Para Weber, a burguesia alemã poderia vir a ser a classe dirigente, desde que: 1- possuísse o poder econômico; 2- controlasse o Estado — a máquina burocrática especializada, competente e fiel —, e o *regime político*, este entendido como a forma institucional da relação entre, de um lado, a sociedade e, de outro, o processo de representação política — a política partidária —, o parlamento, o poder Executivo e a burocracia¹¹; e 3- defendesse os “... perenes interesses de poder nacional”, ressaltando que, para Weber, este é um “critério de valor político” — portanto, não exatamente *sociológico* —, e que serve para avaliar as “classes” que aspiram ou dirigem o poder (WEBER, 1991a, p. 72).

Enfim, se Weber não fez uma sociologia da burguesia ou do empresário capitalista e da sua ação política, também não deixou de problematizar aquilo que considerava ser o papel histórico da burguesia, e ao fazê-lo destacar a importância de sua prática política. Portanto, é na análise do caso concreto da Alemanha que Weber vai chamar a atenção para questões teóricas cruciais: 1- a classe social só se constitui plenamente quando existe não apenas no âmbito da propriedade e do mercado, mas também e, sobretudo na *política*, o que indica a necessidade de se considerar o modo como a classe enfrenta esta questão, em particular a da democracia; e, 2- quando se trata da classe que pretenda ser “dirigente”, é muito importante a forma como ela enfrenta não apenas a questão do exercício da direção da sociedade e da “nação”, mas também da natureza e das formas do regime político.

Convém destacar o aspecto institucional da ação política que Weber dá maior importância nas suas análises *históricas*, ou seja, o partido político. Este seria o instrumento por excelência da ação política da classe dominante no processo político-institucional do exercício da política e da dominação. Mas, ao que parece, além de não sistematizar tais noções, Weber não explora todos estes elementos sugeridos, não os transformando em instrumental de compreensão da ação política do empresário capitalista, aqui considerado, segundo a perspectiva weberiana, como elemento constitutivo fundamental desta classe¹². Mas, o que pretendemos destacar ao colocar a

¹¹ Este é um exemplo da importância que Weber dá à relação entre empresariado e democracia, questão fundamental para a nossa argumentação.

¹² E mesmo que o fizesse, não quer dizer que estaria isento de complicações, como, por exemplo, ao introduzir a figura dos “intelectuais” como aqueles que vão interpretar e impor os *fins* da ação coletiva da

questão do partido, é a importância que tal proposição de Weber dá não só à questão da política, mas em particular, da *elite política*, dado que, como argumenta o próprio Weber em suas análises da democracia e dos partidos políticos, trata-se de uma prática por excelência de uma *elite*. Portanto, estaria colocada inevitavelmente para a burguesia esta questão do enfrentamento das questões políticas e da sua participação na elite política como um todo e da constituição da sua própria elite política. Enfim, no momento da ação política da burguesia, sugere Weber, quem agiria seria seus representantes, a sua elite política, buscando compor a elite política em geral e praticar a *política*, mais uma vez, no sentido weberiano.

O trabalho de sistematização e desenvolvimento das proposições gerais de Weber, assim como ocorre em Marx, coube aos analistas de suas obras. É o caso de Giddens (1998), para quem há em Weber a referência à burguesia como a classe que deveria ser dominante, no sentido de liderar o processo político de construção da ordem política, enfim, a “classe governante”, que conduza a sociedade e o Estado (1998, p. 28). Segundo Giddens, Weber coloca a necessidade das “classes burguesas” deslocarem a elite agrária e assumir o comando da sociedade. E esta classe deveria ter, além da importância econômica, a maturidade e a capacidade de assumir a liderança política. E a burguesia não se tornaria “classe governante” através da defesa de um princípio político ético, como a democracia, mas sim através de uma *minoría* que controlasse a organização burocrática do Estado. O exercício da dominação estaria nas mãos de alguns partidos e *lideranças*. Enfim, o exercício do poder não é feito através da classe, mas sim de seus *representantes políticos* (1998, 32 e ss.).

Em suma, para a análise da ação política do empresariado, em especial no contexto democrático, Weber sugere que: 1- considerando as particularidades do Estado Moderno, coloca-se como uma questão fundamental a forma da relação entre empresariado e configuração do regime político, pois passa por aí a sua relação com o Estado e com a burocracia, a preservação dos seus interesses específicos e daqueles que seriam da nação; 2- existem interesses econômicos típicos da classe, em especial a busca da expansão dos lucros privados, porém dentro de uma lógica de mercado, o que pressupõe conflitos entre os interesses específicos dos segmentos do empresariado e

classe. Este talvez seja um exemplo do que Gurvitch (1982: 120) chama de “concessões” que Weber teria feito em relação a Marx, ou seja, introduzir a questão dos intelectuais como forma de pensar os representantes que Marx chama de “literários”. Sobre este tipo de representação, ver Perissinotto (2011).

frente às outras classes. Ou seja, é preciso que esta “classe aquisitiva” interfira, através das instituições representativas, na política econômica e na preservação da ordem capitalista de mercado, o que também implica em conflitos internos e externos; 3- haveria a necessidade de um “fim coletivo” por parte desta classe, o que também não a exime de conflitos internos; 4- ao problematizar o papel político da burguesia, chama a atenção para a importância de interesses e metas que vão para além do estritamente econômico e, por isso, estão relacionados também com o funcionamento das instituições políticas, o *regime político*, ou seja, o “fim coletivo” da classe também passaria pela questão das instituições políticas, sejam as relativas às relações entre sociedade e Estado, sejam as especificamente de representação desta classe; 5- que a classe se constitui plenamente quando de sua ação política, principalmente quando ao menos tenta ser a *classe dirigente*; 6- que, como mostra a burguesia alemã, tanto a ação quanto a falta dela ou a *inação*, são política e sociologicamente relevantes; 7- que a ação política desta classe passa pelas suas lideranças e seus *representantes políticos*, enfim, de uma certa *elite política*; e, 8- como para Weber o exercício do papel de *classe dirigente* implicava em articular-se de forma não meramente subordinadora e autocrática com os demais setores da sociedade, e, exatamente na sua articulação com esta, obter força política para que o parlamento cumprisse o seu papel não apenas de anteparo ao *ódio desorientado das massas* mas também ao avanço da burocracia, também colocaria para esta classe a questão da democracia e das suas instituições representativas. Por último, como retomaremos mais adiante, embora não se reporta às questões da política, em a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber nos chama a atenção para a importância da articulação entre as condições econômicas e o conjunto de idéias e valores que compõem uma *ética*, dado o impacto disso na ação e no comportamento social e, em função disso, na economia e na sociedade. Como veremos a seguir, esta e as demais proposições acima elencadas são grande importância tanto teórica quanto metodológica para a construção da estratégia de análise do empresariado enquanto classe social e de sua elite que aqui está sendo proposta.

Embora não tenhamos neste momento condições de revisar, mesmo que brevemente, a vasta literatura sobre o empresariado no Brasil, devemos notar que apenas uma parte da forma como esta discussão se dá em Weber vai marcar profundamente as análises sobre a ação dos empresários, ou seja, a preocupação excessivamente centrada na relação entre empresariado ou burguesia e *economia*, seja enquanto política

econômica, seja enquanto modelo de desenvolvimento econômico. Mesmo que não necessariamente devido à influência de Weber, dado que isso também poderia ser atribuído ao marxismo ou a outros referenciais teóricos, este tipo de problematização conduziu as análises sobre o empresariado no Brasil a centrar-se muito intensamente na questão da força ou da fraqueza deste grupo na definição dos rumos gerais da economia capitalista, questão que, embora procedente, polarizou demasiadamente a sociologia do empresariado brasileiro.

Em suma, encontramos em Marx e em Weber uma clara referência à importância da dimensão econômica na definição dos interesses das parcelas do empresariado, e à necessidade desta classe enfrentar a questão da forma de funcionamento do Estado, ou seja, as instituições políticas, o que cabe principalmente à sua *elite*. Cada qual ao seu modo, tais autores sugerem a importância que assume a questão do regime político na luta política das classes dominantes e parecem também concordar em que a república parlamentar, ou seja, algum tipo de *democracia* é a melhor forma de acomodar os interesses da burguesia e suas frações e das classes dominadas. Neste sentido, em ambos encontramos a importância do enfrentamento, pela *burguesia* ou pela *classe dominante*, do problema das formas institucionais do Estado — seja como forma de exercer o controle sobre o Estado e a máquina burocrática, seja como forma de exercer a *dominação* — e da questão da *democracia* e do regime político a ela correlato. Haveria, portanto, relação entre o poder econômico ou o controle de meios de produção, e o interesse e a capacidade de atuar sobre a configuração das instituições que regulam a relação entre sociedade e Estado.

Enfim, o que retemos das reflexões de Marx e Weber sobre as relações entre empresariado, política e democracia é mais do que uma simples busca de legitimação nos autores clássicos, mas sim um conjunto substantivo de proposições que acima procuramos apresentar. A mesma preocupação nos guiaria uma análise da literatura sobre empresariado no Brasil. Desta forma, o estudo do empresariado deve ser feito a partir 1- dos determinantes econômicos, a saber, a propriedade e o controle dos meios de produção, manifestos nas empresas nas quais eles se dão e a diversidade decorrentes da complexificação da divisão social do trabalho no capitalismo, mas 2- também políticos, ou seja, associados às formas de ação organizada na defesa de interesses frente ao Estado, não apenas em relação às questões estritamente econômicas, muito menos em relação à questão da direção da política econômica e dos rumos do modelo de

desenvolvimento, mas também em relação às formas institucionais da política, o regime político, e, por fim, 3- *ideológico*, no sentido de que as particularidades da forma de pensar o gerenciamento das empresas, a economia e a política podem ser mais bem compreendidas quando esta variável é agregada à análise do empresariado. Porém, tais aspectos seriam verificados não junto à *classe*, mas sim à sua *elite*.

A nosso ver, estas considerações conduzem e sustentam a necessidade de um estudo do empresariado, considerando o caso do Brasil e mais particularmente o funcionamento da democracia, e as suas particularidades históricas, tendo como objeto, de um lado, os dirigentes das principais empresas, em termos da lógica do mercado, e de outros os presidentes das principais entidades empresariais, em termos da lógica da ação política e da representação de interesses. Estes dois subgrupos comporiam uma *elite*, *tanto aquela mais propriamente econômica* – os dirigentes das grandes empresas – *quanto mais propriamente política* – os dirigentes das entidades de representação –, enquanto instrumento de análise das formas concretas de existência e ação do *empresariado*, enquanto *classe*. Disso decorre a necessidade de dialogar com a literatura sobre a questão das elites, o que faremos, ainda que brevemente, nos dois próximos itens.

I.3 – Empresariado e política na Teoria das Elites

Os trabalhos igualmente clássicos para a Ciência Política e a Sociologia Política e que constituem a Teoria das Elites também são importantes para os nossos objetivos em função de um aspecto fundamental: a questão da relação entre elites e política. Não cabe aqui a revisão dos trabalhos de Mosca, Pareto e Michels, dado que não se coloca nos dois primeiros a questão das classes sociais e supostamente de suas elites, enquanto que o último, apesar da idéia de que a “lei de ferro da oligarquia” atingiria também aqueles economicamente poderosos, considera em sua pesquisa a relação entre os trabalhadores e seus partidos. Mas, algumas questões presentes nas obras destes autores merecem destaque para pensarmos as relações entre o empresariado, sua elite e a democracia: o recrutamento e a reprodução das elites, as formas de pensar e as atitudes de seus membros, as suas formas de organização e as suas ações efetivas, seja no âmbito da economia e do mercado, seja em relação à política e ao Estado. Alguns trabalhos contemporâneos, e igualmente clássicos, sobre as elites políticas sugerem outro elemento importante para a construção da metodologia que aqui está sendo proposta, e já bastante utilizado em pesquisa sobre este assunto. Estamos nos referindo às proposições de

Wright Mills (1985) e o seu método posicional¹³. Entretanto, o que aqui pretendemos é o uso mais metodológico do que teórico das proposições de Mills, dado que a variável posicional será usada como forma de localizar, e não para explicar as características da elite e, a partir daí, colocar a questão da classe social subjacente.

Voltaremos a nos referir a estes autores, mas, em suma, das proposições da Teoria das Elites concluímos que o tratamento da questão da elite empresarial exige não apenas a definição do que se entende por isso, mas também a sua localização, no caso, através do método posicional, e principalmente o passo seguinte, que é o estabelecimento de uma questão de natureza sociológica que ultrapasse a mera localização e permita a descrição de suas particularidades e características. É esta questão que inclusive justifica, do ponto de vista sociológico, e não apenas descritivo e empírico, este tipo de estudo, dado que não é possível se limitar apenas à justificativas relacionadas à importância que tal objeto, seja enquanto grupo social, seja enquanto indivíduos tratados isoladamente, possui na sociedade capitalista, no seu passado e no seu presente. Para nós, esta questão é a da democracia, inclusive bastante importante para a Teoria das Elites, e sua relação com o empresariado.

II – Os estudos sobre elite empresarial no Brasil

Como acima afirmado, não cabe aqui uma revisão da já vasta literatura sobre o empresariado no Brasil. Deteremos-nos em alguns estudos igualmente clássicos cuja natureza se aproxima das preocupações que guiam nossas reflexões¹⁴. Em primeiro lugar, Fernando Henrique Cardoso (1964) volta sua pesquisa para o que poderíamos chamar de *elites* econômicas, no caso, os dirigentes de grandes empresas industriais brasileiras no início dos anos 1960. Mas, o mais relevante é que Cardoso chama a atenção para o fato de que as “elites dirigentes da economia” tornaram-se também “elites políticas”, pois o êxito da própria empresa exige que se ultrapasse o âmbito restrito dos negócios empresariais e se interfira no sistema de poder, disputando com os novos grupos gerados

¹³ Estas proposições foram usadas em outro trabalho de nossa autoria, no qual utilizamos pela primeira vez o conceito de *elite empresarial* (COSTA e ENGLER, 2008). Deve-se ressaltar que neste trabalho, assim como em outros posteriores (COSTA 2012 e COSTA, ROKS e SANTOS, 2012), o conceito de *elite empresarial* abarcava apenas os dirigentes das entidades de representação empresarial.

¹⁴ Outros tantos trabalhos de autores como Luiz Carlos Bresser Pereira, Eli Diniz, Renato Boschi e Maria Antonieta Leopoldi e tantos outros certamente teriam que ser contemplados em uma análise mais detida sobre esta questão.

pela própria dinâmica da produção moderna, sejam proprietários ou não-proprietários. Enfim, a dimensão política das funções empresariais é necessária e dada pelas próprias características novas das “condições de produção do lucro”. Outro aspecto que merece destaque é a preocupação de as transformações nos objetivos, motivações e qualidades pessoais dos dirigentes econômicos não afetaram o aspecto essencial que é a produção do lucro, nem transformaram as “funções empresariais” em mera rotina administrativa (CARDOSO, 1964, p. 23 a 37).

Para Cardoso, no âmbito dos empresários, inovar inclui a capacidade de controlar não só a empresa como também a ordem social e econômica. Em sendo a empresa ou o capital, e não o empresário ou o capitalista, a chave para explicar o sistema, só possuem capacidade empreendedora — no sentido aquela inovação que implica o controle sobre a empresa e a ordem social — os “dirigentes econômicos” que ocupam aquela “posição dominante, qual seja, a que se articula e interage com as instituições da sociedade, sejam econômicas (outras empresas), sejam políticas (partidos, sindicatos, federações e o próprio governo) (CARDOSO, 1964, p. 27);

Em segundo lugar, Martins realizou uma pesquisa junto aos empresários industriais em meados dos anos 1960 e tratou das questões sobre a reorientação do modelo de desenvolvimento pós-1964 foi feita através de questionário submetido aos dirigentes dos 50 maiores grupos industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo (MARTINS, 1968, p. 26).

O que nos interessa destacar no trabalho de Martins é algo que também existe no trabalho de Bresser Pereira (1974), ou seja, a articulação do levantamento de informação sobre os valores e a forma de pensar o gerenciamento por parte dos industriais brasileiros com a análise de sua trajetória social e familiar, o que permite ao autor descartar a evidentemente frágil explicação das características deste grupo em função de sua proximidade com os agricultores a partir da “origem social” comum. Segundo Martins, apenas 16% dos industriais tinham avós com ocupação agrária, seja proprietário ou trabalhador e metade dos grandes industriais são filhos de estrangeiros e 72% tinham avós estrangeiros. Enfim, esta não seria uma explicação possível para a “insuficiente agressividade” da burguesia nacional (itálico de Martins) ou o “retardamento” da “tomada de consciência” ou eclosão dos conflitos entre estes setores da “burguesia nacional” pela ascendência. E mesmo ao afirmar que os industriais percebiam a existência do conflito com os agricultores, Martins mostra que isso não se traduziu nem

assumiu qualquer dimensão política. Mesmo quando havia a percepção da existência de algum conflito com o “setor agrário”, isto nada influenciou no comportamento dos médios e grandes industriais no momento das alianças políticas, não apenas porque tais interesses não chegam a se contradizer, mas principalmente este não parecia ser o conflito central (MARTINS, 1968, p. 134 e ss.).

Observamos, em primeiro lugar, como os trabalhos acima mencionados exemplificam a predominância da preocupação com a relação entre empresariado e economia, ficando as questões relacionadas à política suas instituições, quando presentes, ocupando um segundo plano no processo de análise da classe e de sua elite. Mas, o mais importante é o fato de estes trabalhos, realizados há praticamente 50 anos atrás, mobilizarem não apenas a questão da elite de classe como também mobilizarem variáveis importantes para a composição da estratégia que aqui estamos propondo, no caso, a questão das motivações e dos valores, Mas, principalmente das proposições de Martins, observa-se que enquanto os interesses não se transformam em ação política, não passam, na verdade, de valores e de atitudes. Desenvolveremos tais argumentos mais adiante.

Enfim, deste breve comentário de algumas obras *clássicas* sobre o empresariado no Brasil, destacamos a importância que eles atribuem às questões que guiam as nossas reflexões, mas, sobretudo, a indicação de procedimentos metodológicos e de hipóteses de trabalho que, como veremos mais adiante, são fundamentais para a construção da estratégia aqui proposta.

III – O debate sobre a articulação entre os conceitos de classe social e elite

Também de forma breve, faremos uma discussão sobre as proposições de Adriano Codato e Renato Perissinotto a respeito do “... uso conjunto do conceito de elite e de classe para efetuar uma análise classista da política”. Nossas pretensões não vão tão longe, pois estamos nos referindo à estratégia de análise de uma classe que, embora seja muito importante, é uma das que compõe a complexa estrutura social ou a *sociedade de classes* no capitalismo. Mas concordamos com a proposição de que “... interessa discutir como seria possível pensar a classe social como um ‘ator político coletivo’, agindo estrategicamente na arena política, e não apenas como um ‘lugar objetivo nas estruturas sociais’, cujos interesses seriam representados automaticamente por instituições políticas cumpridoras das ‘funções objetivas do sistema capitalista’” (CODATO e PERISSINOTTO, 2009), embora, como veremos a seguir, outras dimensões e não apenas

a política poderiam ser agregadas ao exercício de análise da existência das classes e de suas elites, para além do econômico e do político.

Também possuímos a mesma preocupação, que como vimos acima, já localizávamos nos clássicos, de verificar na política a manifestação dos atores de classe, ou “agentes de classe” e igualmente verificamos a possibilidade de ganhos analíticos na articulação entre os conceitos de classe social e elite, em especial no que diz respeito à constituição de metodologias de pesquisa que vão além da construção de aparatos e conceitos teóricos e se voltam para o estudo dos processos históricos, ou seja, produzam análises sociológicas¹⁵. Daí, a pertinência da proposição de que “... é justo pensar que uma classe poderia estar “representada” na cena política por meio de uma minoria politicamente ativa (uma “elite”), que agiria em seu nome, ainda que não a seu mando” (CODATO e PERISSINOTTO, 2009). Como veremos mais adiante, tentaremos propor uma forma de tratar esta questão da *representação*. Ao comentar as proposições destes autores vamos também apresentar as nossas.

Se em certos aspectos estamos aquém dos objetivos dos trabalhos de Codato e Perissinotto, em outro procuramos avançar em especificidade, ou seja, a constituição de uma metodologia de análise do empresariado e tendo por referência o funcionamento do regime democrático. Este recorte é mais do que simplesmente uma questão de dimensão ou de delimitação, mas sim é algo que também tem implicações teóricas e metodológicas. Entendemos que a gradação do alcance desta metodologia é algo estabelecido no âmbito da teoria e relativo à sua capacidade de construção de uma análise sociologicamente eficaz. É neste sentido que podemos contribuir para, mas não pretendemos abarcar, o que seria uma “análise classista da política”.

A metodologia que aqui propomos pode ser adotada em termos sincrônicos, mas revelaria maior rendimento em uma abordagem diacrônica, ou seja, a verificação das dinâmicas pelas quais tanto a classe quanto a própria elite passam no longo prazo. Isso também permitiria aperfeiçoar a escolha das variáveis consideradas, o que poderia levar até mesmo à necessidade de rever a pertinência de algumas delas e a inclusão de outras. Enfim, assim como sugerem Codato e Perissinotto (2009), consideramos que a elite empresarial ‘representa’ a classe no âmbito das próprias práticas econômicas, no caso o

¹⁵ Ver (COSTA, 2007 e 2012 e COSTA e ENGLER, 2008). Esta é também a preocupação de Renato Perissinotto em outros trabalhos, sobre os quais comentaremos mais adiante (PERISSINOTTO, 2009 e 2011).

exercício da gerência de empresas e a realização do lucro e de outras metas que a empresa venha a se colocar efetivamente, no âmbito da política, mas também no âmbito dos valores e das visões de mundo. Há, porém, uma forma distinta na consideração do que seria tal processo de *representação*.

Chegamos assim a um ponto crucial de nossa argumentação: entendemos que *representação* possui um estatuto de conceito, ou seja, embora se reporte ao processo concreto de ação em defesa de dados *interesses*, deve ser tomada como um instrumento de análise de como se dá este processo, o qual remete à relação entre um coletivo e aquela sua menor parte que, de um lado, desempenha de forma diferenciada as atividades fundamentais correlatas às *características* desta classe e, de outro, realizam as ações políticas mais relevantes em torno daquilo que foram estabelecidos como sendo seus *interesses*. Assim como Codato e Perissinoto (2009), pretendemos evitar a discussão sociologicamente ingênua sobre *representação* e *interesses* acerca de uma suposta autenticidade ou uma postura normativa em relação a o que seria melhor para a classe (os *interesses*) e a quem deveria agir (os *representantes*). Enfim, a *questão da representação* se coloca como um modo de ver a elite e seu comportamento como a forma através da qual a classe *expressa* os diversos processos relacionados às atividades que a caracterizam, das econômicas às políticas, passando pelas culturais. Trata-se de um procedimento analítico, a *representação*, que procura verificar, como veremos a seguir, o processo de ação e como nele é que vão sendo efetivamente definidos aqueles que seriam seus *interesses*. Portanto, a *representação* é a construção que resultará da análise sociológica da elite, suas características e principalmente de seu comportamento, e não um crivo ou referência que pudesse ser estabelecida *à priori* e nos permitisse dizer que tais “interesses” são de tal classe e que tais indivíduos ou instituições são seus “representantes”.

Como dissemos acima, no caso de nosso objeto, tais atividades dizem respeito, em última instância e de forma decisiva, à propriedade e ao controle dos meios de produção, segundo Marx, e à busca da satisfação de necessidades e demandas sociais através de atividades lucrativas, segundo Weber, enfim, a *aspectos de natureza econômica*. Deve-se reconhecer que esta é uma particularidade da classe social que estamos considerando, ou seja, a de ser de forma relativamente fácil identificada por tais

atividades¹⁶. Por isso, as proposições aqui apresentadas não poderão ser estendidas automaticamente para outras classes, exatamente pelo fato de as condições não serem passíveis deste tipo de delimitação, o que, por sua vez, como dissemos acima, não nos permite falar em uma *análise classista da política*, ao menos no sentido de contemplar outros coletivos e ser uma estratégia de análise da sociedade capitalista, como é, por exemplo, no marxismo.

O estudo da elite, a qual não é vista de um ponto de vista normativo, é uma forma de ver como a classe está exercendo estas atividades e, portanto, expressando as suas *características*. Portanto, a compreensão das *condições históricas*, seja nos seus aspectos *estruturais*, aqui entendidos como aqueles que dizem respeito ao longo prazo e que formam as bases do funcionamento da sociedade, seja nos contextos e momentos específicos, é fundamental. Mais uma vez, tal preocupação em nada é estranha aos autores clássicos.

A respeito do que Codato e Perissinotto (2009) colocam em relação à idéia de “representação simbólica de classe” a partir de *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte* entendemos que essa variável pode ser ao menos parcialmente contemplada pelos procedimentos analíticos propostos por Markus Pohlmann, embora este não trabalhe com o conceito de classe, seja na abordagem marxista, seja na weberiana. Em suas pesquisas sobre a *elite econômica* em perspectiva comparada entre diversos países, Pohlmann considera os *CEOs* das maiores empresas industriais e verifica tanto os aspectos relacionados à trajetória social, educacional e profissional, como também os valores em relação ao funcionamento da economia, à gestão da empresa e aos valores morais, inclusive a relação com a vida privada e a família¹⁷. Isso permitiria trabalhar a dimensão da classe no que diz respeito às suas relações com certos valores e práticas da sociedade, como as questões da corrupção, da moral e da família. Enfim, comporiam também o elenco de variáveis mobilizadas para o estudo da elite enquanto forma de compreender as *características* da classe e também a sua avaliação e seu comportamento a respeito de

¹⁶ Perissinotto, a partir de Offe e Wiesenthal (1984), também observa, dado o grau de agregação do conceito marxista de classe social, fica mais fácil fazer a abordagem das classes economicamente mais poderosas (PERISSINOTTO, 2011, p. 217).

¹⁷ Markus Pohlmann é professor do *Instituto Max-Weber de Sociologia* da Universidade de Heidelberg (Alemanha). No momento, está sendo realizada a versão brasileira desta pesquisa, sob nossa coordenação, na qual acrescentamos questões sobre a visão a respeito do Estado, das instituições políticas democráticas e das possibilidades políticas de construção de um projeto de sociedade no Brasil.

outros aspectos gerais da própria sociedade, e não apenas aqueles imediatamente ligados à empresa, à economia e à política.

O debate que Codato e Perissinotto fazem com a escolha racional e com o marxismo remete a outra questão importante: qual é a variável independente na caracterização das classes e na compreensão do seu comportamento? Em primeiro lugar, devemos ressaltar que este tipo de questão cabe melhor para aparatos teóricos de grande fôlego, como, por exemplo, aqueles acima mencionados, e não nos parece decisiva quando se pretende contribuir para a construção de uma metodologia de pesquisa que dê conta de questões específicas e que permitam a elaboração de procedimentos de pesquisa empírica de natureza histórica. Entendemos que mais importante do que estabelecer *a priori* a variável independente é a construção de uma boa *hipótese de trabalho*. Enfim, a busca de uma variável independente, caso se entenda que isso é necessário, serviria mais como uma hipótese de trabalho a ser testada, desde que não implicasse em exclusão de outras variáveis e hipóteses. O que se propõe é a consideração de um conjunto de variáveis que são de grande relevância, sejam *estruturais*, conjunturais, econômicas, institucionais, sociais, biográficas, políticas ou culturais, as quais, em uma determinada conjuntura, dariam conta de explicar a forma de existência da classe através de sua elite.

Outra questão que se coloca é como verificar as injunções da classe sobre as elites, se somente a elas a pesquisa se reporta? Consideramos que as características da elite não são apenas algo relacionado a este grupo menor, mas sim algo que, mesmo sem sobre-determiná-lo, refere-se à classe, e que cuja compreensão se busca exatamente através do estudo daquela que seria sua elite. Daí a importância do conceito de classe. Ou seja, a metodologia aqui proposta exige que sejam definidos os conceitos de classe e de elite que estão sendo utilizados.

Assim, convém que sistematizemos o conceito de *classe* que aqui está sendo considerado, dada a sua importância na definição do substrato teórico do tratamento daquilo que aqui está sendo chamado de *elite*. Tentaremos avançar em um ponto no qual nem sempre as tentativas de articulação entre os conceitos de classe e de elite o fazem de forma mais precisa¹⁸. Diante da dimensão teórica e metodológica de tal questão, não se

¹⁸ Este é inclusive o caso dos trabalhos de Codato e Perissinotto (2009) e Perissinotto (2011), que, apesar de trazerem contribuições fundamentais para os nossos objetivos, tenderam mais a estabelecer o que a classe social *não* é e menos a apresentar um conceito de classe, o mesmo acontecendo com o conceito de elite.

pretende aqui apresentar uma proposição original, abrangente e acabada dos conceitos de classe e de elite, mas sim de tentar estabelecer com precisão do que estamos tratando e as bases dos procedimentos metodológicos que estamos propondo. Apresentaremos apenas aquelas que seriam as particularidades do conceito de classe social que aqui se associam à questão central deste trabalho, ou seja, o empresariado, e até mais particularmente frente à democracia, reforçando uma das particularidades de nossas proposições, ou seja, os limites do seu alcance enquanto teoria das classes sociais em geral ou sobre as sociedades de classe.

Em primeiro lugar, não estamos considerando que a classe social é um todo homogêneo, um coletivo articulado de forma consciente, harmônica e coerente, e que *a priori* existiria desta forma. Em segundo lugar, entendemos que, ao menos nas sociedades capitalistas, há processos de diversas ordens, em especial econômicos, sociais, culturais e comportamentais, que indicam a possibilidade de uma generalização dos impactos das *características* através das quais tais processos se deram ou se dão *historicamente* os grupos sociais, e que estão presentes de forma relativamente significativa nos indivíduos que compõem tal classe e de forma mais intensa e diferenciada naqueles que compõem a sua elite.

Sendo assim, a classe é composta pelo conjunto de indivíduos que possuem tais *características*, as quais são apreensíveis sociologicamente exatamente através da verificação do como se manifestam na sua elite aqueles processos econômicos, sociais, políticos, culturais e comportamentais, estes últimos relacionados em especial à definição dos e à luta pelos *interesses da classe*. O aspecto mais importante destas *características*, necessário, embora não exclusivo, é o *econômico*, ou seja, as particularidades da inserção da classe na divisão social do trabalho e no mercado. Este é o substrato fundamental da constituição da classe, ainda que, como veremos a seguir, não seja o único elemento decisivo. Por sua vez, os interesses também não existem *a priori* nem podem ser automaticamente inferidos a partir desta posição no mercado ou na divisão social do trabalho ou contrapostos aos supostos interesses de outras classes. Entendemos que os interesses estão também associados àquelas *características históricas*, sujeitos a dinâmicas diacrônicas e sincrônicas e também inescapavelmente articuladas aos *interesses* de outras classes e grupos sociais que se constituem a partir de outros conjuntos de *características* e, como veremos a seguir, estão inescapavelmente ligados à questão da ação.

Surgem ao menos dois problemas: 1- a forma de apreensão do que seriam os interesses ou objetivos de classe e da “ideologia” ou “discurso” de classe; 2- o conceito de representação. Começando por este segundo, como vimos acima, entendemos que para Perissinotto (2011) a representação é um processo histórico que pode ser observado e comprovado, enquanto que em nossa perspectiva, ele mais propriamente é um conceito que visa verificar como que se dá a existência não apenas econômica e social como também política e cultural da classe através da sua elite, dado que, como veremos adiante, os membros desta elite foram selecionados para o desempenho das atividades e das ações da classe.

Os procedimentos sugeridos por Perissinotto (2011), a saber, o estudo do comportamento efetivo, do conteúdo do discurso e da origem social da elite de classe nos parece o mais adequado, ao lado da consideração de outros aspectos, como a trajetória educacional, profissional, política e seus valores etc. Mas, o problema é a o que eles seriam comparados para se pensar se são ou não da classe ou *representativos* desta. Assim, nos aparece que Perissinotto pressupõe que a *representação* se dá objetivamente e pode ser apreendida através da comparação com o que seriam os *interesses de classe*. A questão que surge é: como verificar se o comportamento da elite vai contra ou a favor dos interesses de classe sem definir quais são? E onde estão os interesses de classe e como eles se manifestam?

Enfim, parece-nos que uma forma interessante de localizar os interesses de classe é a análise da *ação*, em especial a política, ou seja, aquilo que realmente leva a classe a se movimentar em relação ao funcionamento da sociedade e principalmente ao processo decisório, permitindo diferenciar a *ação* das posições, avaliações e opiniões, as quais não podem ser chamadas ou tomadas como *interesses*. Como tais interesses não podem ser pressupostos, a não ser como hipótese de trabalho a ser verificada, somente a ação nos indicaria com precisão aquilo que a própria classe, em especial através de sua elite, considera importante, a ponto de agir, seja qual for o âmbito, os meios e os resultados. Assim, as *ações de classe* parecem ser sociologicamente mais relevantes para a caracterização da classe, dos interesses e da representação, dado que as ações com efeitos de classe podem ter como mentores e promotores outros agentes¹⁹. Não se trata de

¹⁹ Sobre isso, ver a discussão de Perissinotto acerca das proposições de Marx a respeito da “representação simbólica de classe” (PERISSINOTTO, 2011). Interessante também é a distinção, feita por Lafferty entre

desconsiderar a importância das diversas demandas que podem não se transformar em ações, mas, por parte do analista, tomá-las por ‘interesses de classe’ seria *fazer o papel da classe e em especial de sua elite*, ou seja, selecionar o que seria importante, mesmo que sequer a elite da classe não o tenha feito concretamente em suas práticas.

Enfim, cabe ao agente e não ao analista decidir o que merece não só sua atenção ou sua preocupação, mas também sua ação. Por exemplo, os empresários podem desejar a reforma política e até podem detalhar suas propostas a respeito, mas se não colocarem concretamente tais propostas no âmbito de suas ações, enfrentando as dificuldades que isso implica, estão demonstrando que tal demanda não é tão importante assim ou que não se sentem em condições de buscá-las²⁰. Isso mostra que estes supostos ‘interesses’ são na verdade um conjunto de valores e atitudes que, embora sociologicamente interessantes até mesmo como contribuição importante para o estudo das formas concretas da ação e, inclusive, da *inação*, não podem ser considerados sociologicamente como ‘interesses’ propriamente ditos.

A ênfase na ação pretende chamar a atenção para o processo no qual a elite da classe estabelece sobre o que é importante agir e define as formas de ação. Pode-se especular que poderia acontecer de uma classe agir a despeito de sua elite, o que é pertinente, mas, neste caso, como não se trabalha aqui com a idéia da representação como autenticidade, tal situação seria considerada como normal e provavelmente indicaria menos as tensões e divergências entre o coletivo e sua elite, mas o surgimento de uma nova elite ou de um novo grupo que pretende ocupar tal condição, dado que, mais uma vez, a ação tende a ser promovida por um pequeno grupo, fazendo ele ou não parte do grupo que ocuparia as principais posições de elite.

Por um lado, não se trata de descartar a ocorrência de formas coletivas e externas à elite por parte de membros da classe, mas sim de reconhecer que, como indicam os trabalhos de Mosca e Michels, as chances de sucesso são menores e podem, como indica Pareto e sua idéia de *circulação das elites*, ter como principal consequência um processo de questionamento daqueles que ocupam as posições de elite e até eventualmente a sua substituição. E, por outro lado, não pretendemos desconsiderar toda uma série de desejos

“ações de classe” e “ações com efeito de classe”, as primeiras referindo-se aos interesses que guiam as ações e as segundas aos seus efeitos (*Apud* Codato e Perissinotto, 2009).

²⁰ Sobre a relação entre empresariado e a reforma política, ver Costa (2007 e 2012) e Costa e Engler (2008).

que inclusive podem até estar muito claramente estabelecidos, mas sim chamar a atenção para a importância da seleção que a elite de classe vai fazer dos desejos pelos quais vale a pena ao menos tentar lutar no âmbito dos processos decisórios. Isso pode ser claramente percebido pelas nossas pesquisas, que indicam que a defesa da reforma política convive com a ausência de ações concretas neste sentido, o que não deve ser visto como incoerência ou contradição, mas sim como algo decorrente das condições concretas da ação da classe e da forma como sua elite lida com isso (COSTA, 2005a, 2005b, 2007 e 2012). Mesmo quando se considera experiências como a da *Rede de Participação Política*²¹, além de ser uma exceção no que diz respeito às agendas de ação das entidades de representação empresarial, em primeiro lugar, se caracteriza por ser uma ação, e não apenas um conjunto de proposições e desejos, e, em segundo lugar, guarda sim relação com o processo decisório, ainda que tentando atuar no âmbito da relação entre os cidadãos e a política, remete à constituição e ao modo de agir daqueles que ocupam ou venham a ocupar os cargos políticos.

A nossa idéia é analisar a composição, as particularidades da elite e o comportamento como a *manifestação da classe*, inclusive do processo de definição do que buscar, quem busca e como buscar. E surge a questão: como saber se este estudo da elite política não está apenas revelando as características exclusivas deste próprio grupo e não da classe? Enfim, como a classe se expressa na elite? Se há dificuldade em definir o que seriam os “interesses de classe” por que seria possível estabelecer que dada elite é de uma dada classe?

A nosso ver, a resposta está no fato de que a elite *deriva* da classe, ou seja, ela realiza de forma diferenciada um conjunto de *características* às quais estão relacionadas um conjunto de *atividades* e condições que caracterizam o coletivo da classe, ou seja, atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, mas, sobretudo pelo fato de terem sido selecionados pelos próprios membros do coletivo como os *melhores* para o desempenho de tais atividades. Voltaremos a esta questão mais adiante, ao tratarmos do conceito de *elite*, mas desde já ressaltamos que tal seleção não está sendo considerada como uma escolha racionalmente feita pelo coletivo, mas sim algo decorrente das e em função daquelas *características* e que diz respeito às *atividades*, em especial econômicas. No nosso caso, a classe do empresariado seria composta pelos proprietários e

²¹ Sobre a *Rede*, ver Costa e França (2012).

controladores dos meios de produção e a elite empresarial como composta, de um lado pelos altos dirigentes das principais empresas e, de outro, pelos dirigentes das entidades de representação política²².

Se há dificuldade, como destaca Perissinotto (2011) de dizer que a classe, enquanto coletivo, *quer* ou *pensa* isto ou aquilo, também é difícil estabelecer quais são os seus ‘interesses’ e quais seriam os ‘representantes’ de tais interesses. Assim, os interesses não podem ser pensados *a priori* para se avaliar se a ação de quem quer que seja é contra ou a favor da classe, mas sim apenas como hipóteses de trabalho a serem construídas a partir da análise das *características* gerais da classe e principalmente de suas ações. Não dá para usarmos os “interesses de classe” para estabelecer quem são os representantes da classe se não podemos verificar isso junto ao grupo que seria a classe²³.

Poderia ser objetado que, embora não seja possível fazer um estudo junto a todos os membros de uma classe, poderíamos utilizar métodos estatísticos para produzir um levantamento daquilo que os empresários desejam. Frente a isso colocamos dois argumentos: em primeiro lugar, estaremos levantando o que são os seus *desejos* e *metas* ou *atitudes* e *valores*, e não as suas ações concretas. Em segundo lugar, entendemos que o fundamental é analisar o que os empresários efetivamente fazem, ou seja, suas ações, o que é muito mais complexo do que verificar o que eles pensam, suas opiniões e valores.

Daí o outro ponto fundamental de nossas proposições, já indicado acima: a análise dos interesses só pode ser feita a partir da análise das ações. Isso nos desincumbe de partir daquilo que seriam os “interesses de classe”, a não ser como hipótese de trabalho. Esta seria verificada a partir da análise das particularidades e do comportamento daqueles que se destacam nas atividades mais importantes que caracterizam o coletivo, em especial no que diz respeito à economia, mas também a política e aos valores e atitudes.

²² Neste caso poderíamos até considerar as proposições de Lafytte e de Perissinotto, acima mencionadas, acerca das “ações de classe” das “ações com efeito de classe”, mas sem o problema do crivo que a forma por eles sugerida de tratamento dos “interesses” e da “representação” causa.

²³ Concordamos com as proposições de Perissinotto, em especial com a idéia de buscar procedimentos que permitam captar o processo de construção dos interesses de classe (2011, p. 221), mas entendemos que a verificação da adequação do comportamento e dos valores à classe esbarra no mesmo problema das abordagens por este autor criticadas, ou seja, passa pela possibilidade de definir o que a classe *quer*, ou seja, seus interesses. A nossa idéia é simplesmente deixar esta verificação de lado, dado que ela necessariamente seria precária por ser algo que pressuporia que a não só classe quer algo como saiba o que quer, o que é negado pelo próprio autor.

Pensando no caso do nosso objeto, como então seria estudado o empresariado em geral ou industrial, por exemplo? O empresariado seria uma grande classe, a qual contemplaria no seu interior o que Marx e Poulantzas chamaram de “fracções”, embora não no mesmo sentido, pois tais frações seriam consideradas a partir de suas *características*, em especial, *mas não exclusivamente*, a partir da posição nas relações de produção, no que diz respeito às características econômicas da sociedade, e nas relações de mercado, no que diz respeito a uma dada conjuntura econômica. Então, teríamos os proprietários e controladores dos meios de produção que desenvolvem determinadas atividades na economia em um dado contexto. Por exemplo, os industriais do setor de alimentos, os comerciantes varejistas, os proprietários de instituições financeiras etc. A verificação de sua existência se daria através da localização daqueles que ocupariam os cargos mais importantes no desempenho de duas atividades: o exercício das mais importantes atividades econômicas específicas de cada setor, no caso, a direção de grandes empresas e, e das mais importantes atividades políticas, no sentido weberiano, no caso, a ação na defesa do que se entende serem os interesses da classe e a direção de entidades de representação política. Isso nos desincumbe de pensar uma classe que supostamente existiria, mesmo que não possuísse uma elite, ou seja, aqueles que são *melhores* no desenvolvimento de suas atividades econômicas e na ação pela construção e defesa dos interesses desta classe.

Se uma ação da elite for contra a classe e ela não substituir seus componentes isso é uma particularidade da classe em um dado momento. Mas o processo de seleção tende a obrigar que aqueles que ocupam a posição de elites sejam o *melhores* no desempenho das *atividades* da classe. Daí a necessidade do conceito de classe ser o que já definimos, ou seja, a classe não existe enquanto um coletivo homogêneo ou que ‘age’ enquanto tal, mas se constitui a partir de suas características econômicas, mas passa por aspectos de natureza cultural e só se completa no âmbito político, mas particularmente na ação política. Como vimos acima, é neste momento que são definidos os *interesses* e os *representantes*. Ou seja, da mesma forma que não há classe enquanto um ator coletivo, não há interesses ou cultura de classe que lhe possam ser *a priori* atribuídos. Retomando de forma livre a idéia de *efeitos pertinentes* das classes sociais de Poulantzas, estes seriam expressos na existência de uma elite, ou seja, daqueles que são os *melhores* no desempenho das atividades que caracteriza o coletivo e cujas *particularidades* expressariam os desafios desta classe relativos à sua existência em uma dada sociedade.

Se o vínculo entre classe e elite não poderia ser verificado desta forma, como poderia sê-lo? Entendemos que esta questão se resolve pelo processo de seleção contido na própria constituição da elite. É através deste processo que a classe se *expressa* e neste sentido que a elite *representa* a classe, não simplesmente porque defende seus interesses, que, com vimos não podem ser estabelecidos a não ser como hipótese de trabalho, mas no sentido de expressar a forma como ela enfrenta os problemas relacionados às suas *características* e a sua inserção na sociedade.

A elite não significa uma relação de autenticidade ou de fidelidade com a classe, mas sim a forma como concretamente esta classe está se expressando, ou seja, se representando, o que pode ser verificado pelo analista. Esta elite, por sua vez, seria localizada pelo critério posicional, ou seja, aqueles que ocupam as principais posições nas duas frentes mais importantes da ação, ou seja, a econômica e a política. O vínculo da elite à classe se dá, em primeiro lugar e principalmente, pelo exercício das atividades econômicas que caracterizam o grupo, o que pode ser verificado sem maiores problemas. Por exemplo, a condição de proprietários e controladores dos meios de produção e, em segundo lugar, pelo exercício da atividade política, ou seja, a intervenção nos processos decisórios, nos seus diversos âmbitos em torno das questões relacionadas a esta atividade. Os que atuam nas grandes empresas certamente têm que enfrentar as questões políticas e aqueles que ocupam cargos de direção de entidades de representação não deixam de desenvolver as atividades e compartilhar as *características* do coletivo da classe, no caso, aquelas derivadas da propriedade e o controle dos meios de produção²⁴.

Considerando a classe que estamos estudando, estabelecer a preservação da propriedade e da lógica do lucro privados não seria suficiente, pois outras classes, inclusive as não proprietárias, também poderiam fazer tal defesa, e não é possível reduzir este processo meramente à lógica da “manipulação ideológica”. Se tomássemos os *interesses de classe* como aquilo que é expresso pelas entidades de representação, estaríamos pressupondo que eles existem de forma bem definida ou que tais entidades os

²⁴ Neste sentido, Weber, mesmo declarando fazer parte, ter sido criado e pensar como a sua classe, a burguesia, não seria parte de sua elite, dado que não exerceu nenhuma destas atividades. Neste sentido, seria mais propriamente um “representante literário” na acepção de Marx, o mesmo acontecendo com um deputado que, por exemplo, seja médico, e atue no sentido de garantir e promover as atividades econômicas dos industriais, mas que não as exerce de fato. Isso reforça a importância da variável econômica, na forma como ela está sendo considerada aqui, ou seja, articulada a outras variáveis.

repercutiram de forma autêntica e fidedigna. Entendemos que tal procedimento não nos permitiria falar de interesse de classe, mas apenas nas agendas destas entidades.

Não se pretende reduzir a questão da elite política aos que agem, em especial politicamente, ou de, na análise da elite, considerar apenas o comportamento político, mas sim de enfatizar que este é um momento privilegiado da sua própria constituição como elite, ao lado e outras variáveis como a trajetória, os valores etc. A ênfase na ação não tem uma intenção restritiva, mas sim a de destacar que é na luta pela interferência em um processo decisório no âmbito da política, no sentido weberiano, seja qual for sua natureza, que as demandas, os demandantes (a classe e sua elite) são colocados à prova, em especial no que diz respeito ao contexto democrático.

A proposição de Codato e Perissinotto a partir de Bourdieu de que as elites tendem a representar as classes ao representar a si mesmas mostra como o importante é a ação que vai mostrar o que as elites efetivamente entendem quais são seus *interesses*, diferentemente daquilo que seriam seus valores, atitudes ou opiniões. As idéias podem até estar muito bem estabelecidas e bem fundamentadas, mas, se não se transformam em ação, independentemente do sucesso, não passam de valores e atitudes, as quais embora sejam sociologicamente interessantes, não podem ser tomadas como *interesses*. E mesmo a consideração da *Lei de ferro da oligarquia* proposta por Michels (1982), ou seja, a ocorrência de um afastamento entre o que seriam os interesses do coletivo e sua elite não iria além de uma constatação pertinente, mas sociologicamente pouco produtiva, pois o fundamental, como também sugere Michels é ver como se dá tal processo de ‘representação’, e não meramente a constatação das defasagens ou contradições entre o que seriam os ‘interesses’ do coletivo e as ações da elite. Enfim, Michels não parece entender que uma elite deixa de ser a elite da classe em função de sua natureza *oligárquica*, mas sim que este é um processo inescapável da lógica de encaminhamento de demandas coletivas e das organizações.

Em suma, uma das particularidades fundamentais do conceito de classe aqui proposto é exatamente a forma de sua articulação com o de *elite*. Entendemos que a elite expressa a classe em termos daqueles que são *melhores*, de um lado, no exercício das atividades econômicas que caracterizam o grupo, no estabelecimento dos valores aceitos e defendidos pelo grupo e, de outro, sobretudo no enfrentamento das questões da representação e na ação políticas, como é o caso da elite empresarial. Assim, a classe é o substrato e o reservatório a partir do qual se constitui e ao qual se reporta a sua elite. Isso

não significa que só existam elites de classe, nem que toda classe tem claramente definida e constituída a sua elite, mas sim que, em função das características do empresariado, podemos identificar e estudar com relativa facilidade a sua elite. Ao constituir a sua elite, os membros da classe estão *dizendo, expressando* ou *representando*, o que, em um determinado momento, lhes parece ser mais relevante, não cabendo ao analista julgar ou avaliar tal relevância, sua pertinência ou sua autenticidade.

Entendemos que os limites e condicionantes que a classe coloca sobre a constituição de sua elite não se dão em função da fidedignidade ou de uma espécie de miniatura ou resumo daquela. A elite mostra como aquele coletivo reagiu e se manifestou diante de um conjunto de desafios e questões que lhe foram concretamente colocadas na vida em sociedade, das quais se destacam tanto as econômicas quanto as políticas, as culturais e as morais e as que serão expressas, e podem ser compreendidas através da análise das trajetórias sociais, educacionais, políticas e profissionais, dos valores e das atitudes e das formas de ação frente aqueles desafios e questões, e que colocaram uns e não outros membros da classe na condição de elite.

Aqueles que compõem a elite ao mesmo tempo estão lá por terem sido os *melhores* no exercício das atividades relacionadas à inserção do grupo na sociedade e que demonstraram efetivamente a capacidade de se reportar a este grupo, ou seja, de alcançar na relação com seus *pares* a condição de elite e o consentimento para a sua permanência nesta condição. Assim, considerando o objeto de nossa reflexão, não se trata de uma consciência coletiva da condição de capitalistas ou de classe dominante etc., bem definida e precisa, ou de um processo totalmente racional de seleção que testa muitos e seleciona os *melhores*, mas sim de uma articulação entre o conjunto de condições objetivas que, em um determinado contexto, se colocam para o coletivo dos proprietários e controladores dos meios de produção, e um conjunto de particularidades pessoais (origem social, trajetórias, valores etc.) que objetivamente também só se manifestam em uma parte menor do próprio coletivo e lhes permitem ocupar posições de destaque, seja no exercício da atividade gerencial propriamente capitalista, seja no exercício da direção de instituições de representação.

Como reforçam Codato e Perissinotto e também os resultados de nossas pesquisas sobre o empresariado, é necessário fomentar uma sociologia política, aqui mais especificamente voltada para a democracia e que é algo fundamental entre as proposições aqui apresentadas.

III - Considerações finais: contribuições para a construção de uma estratégia de análise

Nossas proposições sobre a construção de uma estratégia de análise da classe do empresariado e de sua elite foram colocadas acima. O conceito de *elite empresarial* tem a vantagem de considerar os aspectos econômicos e políticos, pois, de um lado, considera a questão da ação política da classe, o que implica que tanto os dirigentes de entidades de representação quanto os altos dirigentes de grandes empresas têm que dar conta da defesa de interesses econômicos no âmbito da política, portanto, contemplam na sua atividade política a busca de resultados que são acima de tudo econômicos. Como vimos acima, esta dimensão econômica é fundamental para podermos falar da elite empresarial como uma elite de classe. E, de outro, considera também não apenas as próprias questões gerenciais e ou relacionadas à economia, mas também às questões políticas e correlatas à *institucionalidade* da democracia. E quando articulamos a estes aspectos outros relacionados à dimensão *social*, em especial aqueles voltados para a visão sobre a economia, a sociedade e as relações familiares, introduzimos mais um elemento tanto no processo de caracterização desta minoria, quanto na verificação das *características* do coletivo da qual decorrem.

Parece-nos que o comportamento do empresariado frente ao regime democrático pode ser estudado, mas este não pode ser totalmente explicado pelas “elites”. O estudo das *elites*, assim como o das instituições e o uso do conceito de classe social, é relevante e importante em si, mas isso não lhe dá o estatuto de variável independente.

Em suma, os resultados do exercício teórico acima proposto indicam, em primeiro lugar, que:

- Estudar o empresariado enquanto classe é fundamental em função:
 - Da inegável relevância que a propriedade e/ou controle dos meios de produção exercem nas sociedades capitalistas;
 - Do papel que exercem, pela ação ou pelo consentimento, mais ou menos consciente e racionalizado, na configuração da sociedade capitalista e do Estado, em especial na sua relação com a burocracia e a máquina estatais;
 - De que a análise do empresariado enquanto classe pode ser feita, e tem no estudo daqueles que seriam a sua elite, um instrumento fundamental;

- A necessidade de não reduzir a questão da existência do empresariado e a análise sociológica deste grupo enquanto uma classe social à questão da dominação, ou seja, à questão da classe dominante ou classe dirigente, embora possa contribuir para a problematização, sob uma nova ótica, da questão da dominação de classe;
- A necessidade de não reduzir a relação entre empresariado, política e Estado à questão da econômica, ou seja, a política econômica e o modelo de desenvolvimento econômico;
- A importância de se considerar as formas de sua existência política e de ação política na análise de sua existência enquanto classe;
- A necessidade de estudar sociologicamente aqueles “agentes” que ocupam os “lugares” da classe nos espaços fundamentais das práticas sociais, ou seja, a economia, a política e os valores e atitudes;
- A necessidade de analisar a relação entre empresariado e regime político, em especial o democrático;
 - Tal relação não pode ser apreendida somente a partir das características das instituições, sejam as de representação do empresariado, sejam as que compõem o regime político, mas sim a partir do comportamento do empresariado frente a estas instituições²⁵;
- Estudar a elite empresarial é, embora não a única, uma forma bastante eficaz de estudar as características e o comportamento do empresariado enquanto *classe social*, ou seja:
 - Por ser a elite empresarial uma forma privilegiada de manifestação das condições e características do coletivo dos seus pares, ou seja, da classe da qual advém e, de uma forma ou de outra, *representa*²⁶;

²⁵ Convém mais uma vez ressaltar que esta relação não está sendo tomada enquanto determinação de uma variável pela outra, ou seja, que as configurações do regime político seriam determinadas pela dinâmica interna ao grupo que aqui chamamos de empresariado.

²⁶ Convém aqui repetir que não se trata da idéia ingênua de uma representação fidedigna e autêntica, mas sim de uma forma concreta e passível de verificação da existência desta classe. Sobre isso, ver os comentários sobre a crítica do marxismo estruturalista ao estudo das elites políticas feitas por Codato e Perissinotto (2009), que chamam a atenção para o fato de que, mesmo que tal autenticidade existisse, o seu sucesso estaria ainda sujeito às injunções externas e às competências particulares daqueles que estariam exercendo tal ‘representação’.

- O estudo da elite empresarial, enquanto a elite política de uma classe social contribui também para o desenvolvimento de metodologias de análise das classes;
- A consideração das duas dimensões complementares desta elite, ou seja, aquela composta pelos representantes políticos, os dirigentes de entidades de representação, e aquela composta pela *elite econômica*, os dirigentes das grandes empresas, nos permite dar conta ao menos parcialmente da diversidade das formas de manifestação e existência social da classe;
- A chave para a construção do conceito de *elite empresarial*, no caso, a sua relação com o regime político democrático, deve-se:
 - À importância da dimensão política, principalmente aquela relativa à construção das instituições do regime político, enquanto as formas institucionais do processo decisório;
 - Na constituição e nas formas de existência social da própria classe;
 - Permite superar os limites da variável estritamente econômica na caracterização desta classe e de sua elite;
- Quanto ao contexto democrático, é nele que mais intensamente se manifestam as características e contradições das condições econômica e política do empresariado enquanto classe social e de sua elite, e tudo que isso implica de relações com outras classes e forças sociais;
- A necessidade de articular neste tipo de análise elementos dos estudos de elite com aqueles sobre cultura política e, sobretudo, da ação política, utilizando procedimentos qualitativos que permitam mais do que quantificar os valores e atitudes, entender os argumentos que subjazem as opiniões.

Em segundo lugar, quanto à construção de uma estratégia de análise do empresariado no Brasil, os principais resultados da breve revisão da literatura a partir do referencial teórico aqui sugerido, indicam que, mesmo considerando que o conceito de *elite empresarial* não pretenda dar conta de todas as questões relacionadas ao empresariado, o simples fato de fazer um percurso pelos estudos sobre o assunto a partir de um conceito que não esteja definido de forma imprecisa, ou impactado pelo objeto histórico de pesquisa, indica mais do que a necessidade de evitar a flutuação e a profusão

de expressões sociologicamente imprecisas, mas também sugere elementos para a composição de uma estratégia mais eficaz de análise do empresariado no Brasil.

Em linhas gerais, tal estratégia teria as seguintes características:

- Em relação ao objeto, considerar a elite empresarial como composta, de um lado, pelos dirigentes das entidades de representação e, de outro, pelos principais dirigentes das grandes empresas em um dado momento histórico;
- Articular na análise desta elite questões e variáveis relacionadas 2.1- ao recrutamento, verificados a partir da consideração das trajetórias social, educacional, profissional e política, 2.2- aos valores, não exclusivamente aqueles relacionados à política, mas também aos princípios éticos e gerenciais nas atividades da empresa, à economia e às questões familiares²⁷, e principalmente 2.3- à análise dos padrões de ação, seja gerencial, seja política.

Por último, quando consideramos os resultados de nossas pesquisas recentes e ainda em andamento, referidos ao longo do texto, podemos acrescentar que foi na análise da ação política do empresariado através de suas entidades e da sua relação com a democracia (COSTA, 1998, 2003 e 2005a) que constatamos a importância da análise dos seus valores (COSTA, 2005b, 2007 e 2012), e que foi da consideração dos valores políticos e dos atributos adstritos e adquiridos dos dirigentes de entidades de representação (COSTA e ENGLER, 2008), das articulações com os padrões de ação política dos dirigentes de entidades empresariais (COSTA, ROKS e SANTOS, 2012) e, por fim, do estudo das trajetórias pessoal, educacional e profissional e dos valores gerenciais, morais e políticos dos altos dirigentes das grandes empresas²⁸, que verificamos a pertinência do conceito de elite empresarial aqui proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRESSER PEREIRA, L. C. 1974. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, F. H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difel.

²⁷ Sobre este ponto, vimos a importância do estudo de Markus Pohlmann.

²⁸ Aqui nos referimos à pesquisa, acima mencionada, *International Management Studies*, desenvolvida em parceria com Markus Pohlmann.

- CODATO A. e PERISSINOTTO R. M. 2009. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.
- COSTA, P. R. N. 1998. *Democracia nos anos 50: burguesia, corporativismo e parlamento*. São Paulo, Hucitec.
- COSTA, P. R. N. 2005a. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, nº 57, pp. 109-126, fevereiro.
- COSTA, P. R. N. 2005b. Como os empresários pensam a política e a democracia. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº 2, pp. 422-449, outubro.
- COSTA, P. R. N. 2007. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28.
- COSTA, P. R. N. 2012. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1.
- COSTA, P. R. N. e ENGLER, I. J. F. 2008. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, vol.14, número 2, Novembro/Dezembro, Campinas.
- COSTA, P. R. N. e FRANÇA, A. S. T. 2012. Da Responsabilidade Social à Responsabilidade Política: uma análise da Rede de Participação Política. In Costa, A. J. D. (e outros). *Estado, Empresas e Empresários: Agentes de Desenvolvimento*. Editora CRV, Curitiba.
- COSTA, P. R. N., ROKS, T. J. e SANTOS, G. O. 2012. Recrutamento, valores e padrões de ação política da elite empresarial. 8º Encontro da ABCP. UFRGS, Gramado.
- ENGELS, F. 1978. “A formação da burguesia”. In: *Teorias de estratificação social*. Octávio Ianni (org.). São Paulo, Nacional.
- GIDDENS, A. 1998. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo, Unesp.
- GURVITCH, G. 1982. *As classes sociais*. São Paulo, Global.
- MARTINS, L. 1968. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga.
- MARX, K. s/d. *As lutas de classe na França*. Marx e Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo : Alfa-ômega.
- MARX, K. 1988. *O dezoito de brumário de Luiz Bonaparte*. In: *Karl Marx - Os pensadores*. São Paulo. Abril Cultural.
- MICHELS, R. 1982. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília : UnB.
- MILIBAND, R. 1972. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro : Zahar.
- MILLS, C. W. 1985. A elite do poder: militar, econômica e política. In Heloisa R. Fernandes (org.), *Wright Mills*. São Paulo: Ática, Coleção “Grandes Cientistas Sociais”.
- OFFE, C. e WIESENTHAL, H. 1984. Duas lógicas da ação coletiva: anotações sobre classe social e forma organizacional. In: Offe, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- PERISSINOTTO, R. M. 2011. Marx e a análise contemporânea de classe. In CODATO, A. N. e PERISSINOTTO, R. M. *Marxismo como ciência social*. Curitiba, Ed. UFPR.
- POULANTZAS, N. 1971. *Poder político e classes sociais*. Dois volumes. Porto. Portucalense.
- THERBORN, G. 1978. *What does the ruling class do when it rules?* London, NLB.
- WEBER, M. 1985a. “História geral da economia”. In: *Max Weber*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.

- WEBER, M. 1985b. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. *In: Max Weber*. Coleção Os Pensadores. São Paulo : Abril Cultural.
- WEBER, M. 1991a. *Weber*. Gabriel COHN (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo : Ática.
- WEBER, M. 1991b. *Economia e sociedade*. Dois volumes. Brasília, UnB.

* * *